

**Histórico:** A Companhia Docas de Sebastião é uma sociedade de economia mista, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, constituída pelo Decreto Estadual nº 52.102 de 29 de agosto de 2007, cujas atividades, voltadas especificamente para a administração da infraestrutura portuária pública do Porto de São Sebastião, foram regulamentadas por meio do Convênio de Delegação celebrado em 15 de junho de 2007 entre a União e o Estado de São Paulo, com vigência pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogáveis por igual tempo. **Desempenho Operacional:** Em 2017, atracaram no porto público 63 navios no berço 101 e 1423 embarcações de menor porte nos demais berços internos, além de 64 navios de turismo fundeados. No cais público foram movimentadas 542 mil toneladas de cargas, o que representa decréscimo de 10,7% comparado a 2016, quando houve movimentação de 607 mil toneladas de cargas. Tais números representam uma taxa de ocupação de 39,35% (ou 144 dias) do berço principal (101). Do total de carga movimentada no cais público, 510 mil toneladas são referentes à importação e 32,4 mil toneladas referentes à exportação. A participação percentual dos grupos de cargas movimentadas no Porto de São Sebastião ficou assim definida: • Granéis Sólidos: 86%; • Carga Geral: 9%; • Veículos: 2%; • Animais vivos: 3%. Já no Terminal Privativo da Petrobras - TEBAR, operado pela Transpetro, o movimento foi equivalente a 49 milhões de toneladas de grânéis líquidos, transportados em 552 navios durante todo o ano de 2017. O resultado da balança comercial no porto público apresentou um superávit em 2017 de US\$ 94.070.130,43 pela supremacia do valor das cargas exportadas (produtos industrializados), contra o menor valor (embora em maior quantidade) das cargas importadas (matérias primas). **Cenário Econômico e Financeiro:** Pelo segundo ano consecutivo a forte desaceleração de importantes setores da economia brasileira, como óleo e gás, construção e infraestrutura afetou diretamente as operações portuárias, impactando negativamente nos investimentos e movimentação de cargas. Ressalta-se que o pedido de recuperação judicial da empresa Schahin Engenharia S.A. ainda está pendente de solução. A Companhia adotou as medidas cabíveis para preservar seus interesses, uma vez que a referida empresa não saldou suas dívidas. As maiores expectativas para as operações no Porto de São Sebastião em 2018 estão fundadas na retomada das exportações de veículos, em razão de acordos comerciais firmados pelo governo brasileiro com países da América Latina para a indústria automotiva, na cabotagem e no mercado de petróleo e gás, em função dos leilões realizados que com certeza aquecerão o setor. No caso específico da cabotagem, é importante a instalação do *scanner*, que já está contratada, para a atração de cargas em contêineres. Em 2017 obtivemos uma receita bruta de R\$ 15 milhões, segunda queda consecutiva, resultando em redução de 7% em relação a 2016 (R\$ 16,17 milhões) e uma redução acumulada de 35% em relação à receita de 2015 (R\$ 22,97 milhões). Após mais de um ano de trâmite junto à Agência Reguladora de Transportes Aquaviários (ANTAQ) foi autorizada a reestruturação tarifária, conforme Resolução ANTAQ nº 5291, de 07/03/17, que passou a vigorar a partir de abril de 2017. Neste processo, o limite de faturamento anual por CNPJ que havia para a cobrança do acesso e utilização do canal foi extinto, sendo substituído por outra metodologia de cálculo, que é mais benéfica para a Companhia. Os valores autorizados passaram a ser o teto dos preços que podem ser praticados nos diversos itens tarifários que compõe as tabelas tarifárias. O reajuste anterior havia ocorrido em maio de 2015. Finalmente, vale lembrar que a incorporação ocorrida em 2014, dos funcionários cedidos pela DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., pela Companhia, continua impactando de forma relevante o resultado do exercício, em função de demandas judiciais trabalhistas, além do expressivo aumento da Folha de Pagamento. **Investimentos:** Para 2017, foi autorizado o investimento de R\$ 6,0 milhões para aquisição de um *scanner*. O prazo de instalação previsto é de 9 meses, devendo estar operacional, após os testes de aceitação, a partir de outubro de 2018. Foram concluídos os serviços de implantação de sistema de combate a incêndio no Porto de São Sebastião, que garantirá conformidade com a legislação ambiental e normas de segurança. O Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB ainda não foi emitido, sendo que já foi realizada a inspeção técnica das instalações. **Gestão Ambiental:** A Companhia Docas de São Sebastião mantém seu compromisso de melhoria contínua na gestão ambiental. Os investimentos e as ações refletiram diretamente no reconhecimento concedido pela ANTAQ, quando na divulgação dos resultados do Índice de Qualidade de Gestão Ambiental em Portos Organizados (IQGAPO). Após conquistarmos os melhores índices por dois anos consecutivos e, com isso, a primeira posição dentre os 29 portos analisados pela ANTAQ, em 2017, obtivemos o 3º lugar, alcançando 93,88 de um total de 100 pontos possíveis na avaliação. Os recursos aplicados atenderam às especificações estabelecidas na Licença de Operação nº 908/2010, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 9 de fevereiro de 2010. Em atendimento a Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e Resolução CONAMA nº 306, de 5 de julho de 2002. Está prevista para o 1º trimestre de 2018 a realização da auditoria ambiental compulsória bianual uma vez que a última ocorreu no ano de 2015 e o resultado final não apontou nenhuma não conformidade. Neste ano, a Companhia Docas solicitou formalmente ao IBAMA ajustes no escopo e abrangência dos monitoramentos, devido ao histórico favorável de 05 anos de monitoramento sem alterações na qualidade ambiental da área monitorada pela Companhia e, também, pelos altos custos associados à execução de todos os planos e programas ambientais. Em 2017 foram mantidas as ações de capacitação dos recursos humanos da Compa-

nhia, particularmente aos membros da CIPA, aos brigadistas e aos auditores internos. Foram realizadas na área portuária e em áreas externas simulações abertas à participação da população. De igual forma, as ações fundamentais para o atendimento das condicionantes do Plano de Emergência Individual-PEI (Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000; Resolução CONAMA nº 398, de 11 de junho de 2008) e do Plano de Controle de Emergências - PCE (NR nº 29), foram mantidas pelo Centro de Atendimento a Emergências Ambientais no interior do Porto, por meio de embarcações, viaturas e equipamentos para combate a incêndio, emergências químicas e vazamento de óleo no mar. **Sistema de Gestão Ambiental - NBRISO 14.001/2004:** O Porto de São Sebastião manteve a certificação da norma NBR ISO 14.001/2004, conquistada em 2015, quando se tornou o primeiro porto público do país a ter essa certificação, dentre os 37 em operação. A adesão à certificação ISO 14.001 é voluntária e comprova o desempenho da gestão ambiental da Companhia, por meio do controle dos aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades desenvolvidas, desde o consumo de recursos naturais (água, energia e papel) até os efluentes, isto é, resíduos sólidos e emissões atmosféricas. Também são considerados o controle, prevenção, mitigação, monitoramento e contingência da poluição ambiental. Além disso, faz parte do escopo da certificação todas as atividades exercidas pela Companhia, incluindo a exploração do Porto Organizado, gestão da infraestrutura, fiscalização das operações, programas de capacitação ambiental para os funcionários e a melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental. **Plano de Área:** O Porto de São Sebastião passou a contar com o primeiro Plano de Área de um Porto Organizado no país aprovado pelo IBAMA e pela CETESB. Anualmente, são realizados exercícios simulados práticos do Plano de Emergência Individual do Porto, acompanhados por avaliadores de diversas instituições (IBAMA, CETESB, Marinha do Brasil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Sebastião). **Gestão de Recursos Humanos:** O Quadro de Pessoal da Companhia foi aprovado em 02 de junho de 2010, compreendendo 98 (noventa e oito) posições, sendo 13 (treze) cargos de livre provimento e 85 (oitenta e cinco) cargos permanentes. Em 12 de fevereiro de 2014, com base na manifestação jurídica favorável da Procuradoria Geral do Estado (PGE), foi aprovado o novo Quadro de Pessoal, fixado em 152 (cento e cinquenta e duas) posições, sendo 13 (treze) de livre provimento e 139 (cento e trinta e nove) de cargos permanentes, de forma a incluir 54 (cinquenta e quatro) funcionários (cedidos) do Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), por sucessão trabalhista, a serem extintos na vacância. No entanto, o quadro apresentado é insuficiente para atendimento das demandas portuárias, em especial aquelas relativas às áreas operacionais, além do atendimento aos leis trabalhistas, como intervalo interjornada e horas extras habituais. Neste contexto, destacam-se as discrepâncias ocorridas após a sucessão trabalhista, como as relacionadas aos casos de funções semelhantes e salários diferentes, ou aqueles acerca de cargos de origem que foram extintos. A situação descrita requer ações, com efeitos imediatos na mitigação de litígios trabalhistas. Nesse sentido, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, datada de 23 de dezembro de 2014, proposta de estudos de reestruturação da Companhia, e que deverá ser submetida à análise e aprovação dos órgãos estaduais competentes. Porém, diante das perspectivas negativas no panorama econômico, e da edição do Decreto Estadual nº 61.466, de 2 de setembro de 2015, que veda a contratação de pessoal, a mudança desse cenário ficou comprometida. Ainda sobre planos e ações para mitigação dos passivos e litígios trabalhistas, em 2017 a Companhia iniciou um estudo para implementação do Plano de Demissão Voluntária (PDV), o qual foi apresentado e aprovado no Conselho de Administração, datada de 26 de outubro de 2017 e que também deverá ser submetido à análise e aprovação dos órgãos estaduais competentes. Abaixo, quadro de empregados da Companhia Docas de São Sebastião em 31/12/2017.

	Posições	Total
Permanentes	Concursados - CLT	30
Sucessão/Trabalhista	Sucessão	41
	Sucessão - Aposentadoria por Invalidez	3
	Reintegração	12
Livre Provimento		11
<b>Total</b>		<b>97</b>

**Ampliação do Porto:** O desenvolvimento, expansão e competitividade do Porto de São Sebastião apoiam-se em duas frentes: a) na requalificação da infraestrutura existente, que se materializou com investimentos da ordem de R\$ 200 milhões para restabelecer e ampliar as condições de competitividade de São Sebastião no cenário portuário e; b) na ampliação da área de sua infraestrutura terrestre, de acordo com o projeto que se encontra em fase de licenciamento ambiental. A ampliação da área do Porto será realizada com infraestrutura, tecnologias e um modelo de planejamento e gerenciamento que levam em consideração as variáveis ambientais e socioeconômicas, de modo a contribuir com o meio ambiente, turismo, economia e desenvolvimento social da região. O projeto de ampliação prevê a execução das obras de ampliação em fases e dependem da realização de licitação para arrendamento do terminal multicargas e a construção de, na primeira fase, dois novos berços de atracação. A previsão de receita, na hipótese da ampliação, para a Companhia é de aproximadamente R\$ 36 milhões anuais, além das outras receitas geradas por outros usuários, e a duração do contrato será de 25 anos, renováveis. Em 17 de dezembro de 2013 a Companhia Docas de São Sebastião recebeu do IBAMA a Licença Prévia nº 474/2013 para as fases 1

e 2 do projeto de ampliação do Porto, o que possibilitaria que sua área portuária passasse de 400 mil m² para 800 mil m². O investimento previsto nessa etapa é de R\$ 3,2 bilhões de reais. A referida licença contempla obras importantes para o desenvolvimento portuário, como a construção dos berços 2, 3, 4, 5 e 6. Cada berço terá cerca de 300m de comprimento por 40m de largura, profundidade mínima de 16m e será destinado a navios de última geração, com capacidade para até nove mil TEUs (*Twenty foot Equivalente Unit*), que atualmente possuem restrição para atracação em São Sebastião ou Santos, por conta de seu porte e calado. Para o primeiro arrendamento está previsto um pacote de obras que inclui a construção de um terminal multicargas em uma área de 253.860m² e dois novos berços de atracação sendo um para operação de navios, que transportam veículos e cargas gerais (que podem vir em contêineres ou não), como peças, carga de projeto, paletes, entre outros, e outro para cargas de grânéis, como barrilha, malte, cevada e carga viva. Pretende-se construir uma portaria (*gate*) de acesso mais moderna, interligando-a ao contorno viário Sul e a Rodovia dos Tamoios. Também será construído um pátio com 15.700m² para estacionamento de caminhões destinados ao porto, para que não haja interferência no trânsito local. Vale destacar que o contorno viário de São Sebastião e a duplicação do trecho da serra da Rodovia dos Tamoios estão com as obras em andamento, com previsão de conclusão para o final de 2018, sendo executadas com recursos do Governo do Estado de São Paulo e são vitais para o desenvolvimento do Porto, em ambas as frentes planejadas. **Suspensão da Licença Prévia:** Em 28 de maio de 2014 foi proposta ação civil pública (Processo nº 0000398-59.2014.4.03.6135) pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia Docas de São Sebastião e do IBAMA, em trâmite perante a 1ª Vara da Justiça Federal de Caraguatatuba/SP. O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido em 11 de julho de 2014. Por sua vez, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento em 22 de agosto de 2014, a fim de reformar esta decisão. Em 22 de fevereiro de 2015 foi proferida decisão que deferiu parcialmente o efeito suspensivo postulado, sendo reconhecida a necessidade de complementação do EIA/RIMA no tocante à: 1) Análise dos impactos cumulativos e sinérgicos entre o empreendimento objeto de licenciamento e a ampliação do TEBAR; 2) Apresentação da autorização de Licenciamento Ambiental das Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo empreendimento; e 3) Apresentação de alternativas menos impactantes em relação ao manguezal do Araçá. Paralelamente, também foi interposto Agravo de Instrumento pelo Ministério Público Federal. Em 19 de fevereiro de 2015 foi publicada decisão que deferiu parcialmente a antecipação da tutela postulada, sendo reconhecida a necessidade da complementação do EIA/RIMA no tocante aos pedidos anteriormente citados. Em 20 de julho de 2015 foi distribuído, perante o Superior Tribunal de Justiça, pedido de suspensão das liminares supracitadas. Em 20 de novembro de 2015 foi proferida decisão pelo Presidente da referida Corte Superior, entendendo pelo indeferimento do pleito. A Companhia vem adotando as medidas judiciais cabíveis, bem como está em tratativas com os demais envolvidos na busca de um consenso que possibilite o estabelecimento de um acordo que prevendo o atendimento aos itens da sentença por parte da Companhia, libere parcialmente a Licença Prévia. **Governança Corporativa, Transparência e Compliance:** Para atender a Lei de Responsabilidade das Estatais e de Economia Mista, instituída pela Lei Federal nº 13.303/2016, a Companhia Docas vem adequando as regras e condutas que passam a ser obrigatórias, dentre elas o seu Estatuto Social que foi alterado em 27/04/2017 e devidamente registrado na JUCESP, a criação do "Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento" e da "Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos", a alteração de diversos Regimentos Internos existentes e a instituição daqueles exigidos por esta lei. **Atendimento ao Cidadão e Transparência:** Para atender as normas estaduais e a Lei de Acesso à Informação, instituída pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e regulamentada no âmbito estadual pelo Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, a Companhia Docas disponibiliza os canais de comunicação "Fale Conosco", "Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)" e "Ouvidoria", acessíveis pelo site eletrônico do Porto de São Sebastião [www.portodosaosebastaio.com.br](http://www.portodosaosebastaio.com.br), não existindo pendências para serem atendidas. No ano de 2017 foram realizados 03 atendimentos: • Fale Conosco: 0 atendimentos; • Serviço de Informações ao Cidadão (SIC): 0 atendimentos; • Ouvidoria: 03 atendimentos (01 denúncia, 01 reclamação e 01 solicitação de informação). Em atendimento a Lei Federal nº 13.303/2016 um canal exclusivo para atendimento de "Denúncias" será implantado até junho/2018. Também estão disponíveis no site as informações institucionais, tarifas, programação de navios, estudos técnicos, monitoramento ambiental, projetos de expansão, contratações, licitações e estatísticas. **Considerações Finais:** A Companhia Docas de São Sebastião vem cumprindo o importante papel de agregar valor à cadeia logística de sua área de influência, em especial à do Estado de São Paulo, garantindo eficiência, segurança operacional e a adoção das melhores práticas em gestão ambiental. São Sebastião/SP, 05 de março de 2018

**Marcelo Faria Rodrigues**

Diretor Presidente

**Olívio Francisco Salvador Perpetuo Socorro Araujo**

Diretor de Administração e Finanças

**Mateus Draxler Damazio**

Diretor de Gestão Portuária

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e 2016			
Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e Bancos	4	2.538	167.038
Aplicações Financeiras	4	1.010.577	1.036.092
Clientes	5	4.102.069	3.412.423
(-) Provisão de Perda para Crédito Liquidação Duvidosa	5	(1.598.983)	(2.087.034)
Tributos a Recuperar	6	1.150.328	682.551
Despesas Antecipadas		12.016	5.585
Almoxarifado		47.837	63.592
Deposito Judicial		281.431	281.431
Adiantamentos		13.917	33.115
		<b>5.021.730</b>	<b>3.594.793</b>
<b>Não Circulante</b>			
Realizavel a Longo Prazo	7	2.855.601	10.711.759
Imobilizavel	8	229.912.633	239.945.010
Intangível	9	35.034.623	35.397.474
		<b>267.802.857</b>	<b>286.054.243</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>272.824.587</b>	<b>289.649.036</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro 2017 e 2016				
	Nota	Adiantamento para Futuro		
		Capital Social	Aumento de Capital	Prejuízo Acumulado
<b>Saldos 31/12/2015</b>		<b>17.748.161</b>	<b>268.811.733</b>	<b>(13.892.945)</b>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	10.026.251	-
Prejuízo do Exercício		-	-	(11.908.755)
<b>Saldos 31/12/2016</b>		<b>17.748.161</b>	<b>278.837.984</b>	<b>(25.801.700)</b>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-
Prejuízo do Exercício		-	-	(17.613.692)
<b>Saldos 31/12/2017</b>		<b>17.748.161</b>	<b>278.837.984</b>	<b>(43.415.392)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultado Abrangente em 31 de Dezembro 2017 e 2016			
	2017	2016	
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(17.613.692)</b>	<b>(11.908.755)</b>	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(17.613.692)</b>	<b>(11.908.755)</b>	
Resultado abrangente total, atribuído a:			
<b>Participação dos Acionistas Controladores</b>	<b>(17.613.692)</b>	<b>(11.908.755)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2017 e 2016		
Atividades Operacionais	2017	2016
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	(17.613.692)	(11.908.755)
(+) Depreciações e amortizações	13.622.363	7.897.282
(+) Despesas de Juros de Longo Prazo	-	-
(+) Provisão para Contingência	2.424.666	(711.074)
(+) Provisão para Riscos Legais	-	-
(+) Reversão de Ajustes AVP	-	-
(-) Créditos Fiscais Diferidos	-	-
	<b>(1.566.663)</b>	<b>(4.722.547)</b>
(Aumento) Redução em Contas a Receber	(1.177.697)	(1.194.474)
(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	(467.778)	865.079
(Aumento) Redução em Adiantamentos	19.198	15.624
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	(6.431)	179.591
(Aumento) Redução em Deposito Judicial	-	(46.983)
(Aumento) Redução em Almoxarifado	15.755	155.383
(Aumento) Redução em Realizável a Longo Prazo	7.856.158	(963.648)
Aumento (Redução) em		
Convênio Dersa (Circulante)	460.000	(26.644)
Aumento (Redução) em Fornecedores	653.066	4.186.238
Aumento (Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	(53.186)	65.455
Aumento (Redução) em		
Encargos Sociais a Recolher	31.632	(62.650)
Aumento (Redução) em Férias a Pagar	20.810	(131.696)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	-	(70.662)
Aumento (Redução) em Adiantamento de Clientes	(550.529)	703.179
Aumento (Redução) em Salários a Pagar	(1.657.921)	1.658.030
Aumento (Redução) em Verbas da União	-	(237.885)
Aumento (Redução) em Crédito de Clientes	(79.293)	(846.196)
	<b>5.063.784</b>	<b>4.247.741</b>

Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		
	<b>3.497.121</b>	<b>(474.806)</b>

Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(1.272.647)	(7.018.381)
Aquisição de Intangível	(1.954.489)	(4.555.357)

Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		
	<b>(3.227.136)</b>	<b>(11.573.738)</b>

Atividades de Financiamento		
Aumento (Redução) em Dersa Convenio	(460.000)	(73.039)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	10.026.251
Capital Social Aumento	-	-

Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento		
	<b>(460.000)</b>	<b>9.953.212</b>

Aumento (Redução) Líquida do Saldo de Caixa e Equivalentes		
Saldo de Caixa + Equivalentes	<b>(190.015)</b>	<b>(2.095.332)</b>
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Incio do Exercício	1.203.130	3.298.462
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Final do Exercício	<u>1.013.115</u>	<u>1.203.130</u>

Aumento Líquido de Caixa		
	<b>(190.015)</b>	<b>(2.095.332)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras







continuação

**21. Sentenças Judiciais:** Conforme Decreto Estadual nº 62.841, de 29 de setembro de 2017, foi autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$5.084.278,00 (Cinco milhões, oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e oito reais) para pagamento de despesas com sentenças judiciais que encontravam-se à beira de determinação para penhora on-line, cuja efetivação, muito provavelmente, recairia sobre a conta dos recursos financeiros tanto das empresas quanto de seus administradores e membros do conselho administrativo. Para o exercício de 2017 foram utilizados R\$ 4.695.900 para pagamento das Sentenças Judiciais. A diferença entre a dotação orçamentária e o valor consumido, é de R\$ 388.378, que será utilizado em 2018.

**22. Salários a Pagar:** Em 2017 a Companhia teve um desembolso com

Os membros do Conselho Fiscal da **Companhia Docas de São Sebastião**, reunidos na Rua Iaiá, nº 126, 9º andar, Itaim Bibi, no município de São Paulo/SP, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, analisaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financei-

Os membros do Conselho de Administração da **Companhia Docas de São Sebastião**, reunidos na Rua Iaiá, nº 126, 9º andar, Itaim Bibi, no município de São Paulo/SP, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, analisaram o Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho

<b>Diretoria</b>
<b>Marcelo Faria Rodrigues</b> - Diretor Presidente
<b>Olívio Francisco Salvador Perpetuo Socorro Araujo</b> - Diretor de Administração e Finanças
<b>Mateus Draxler Damazio</b> - Diretor de Gestão Portuária
<b>Altair Magno Dias</b> - Contador - CT 1SP-105942/O-9

**Ao Presidente da Companhia Docas Porto de São Sebastião. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis **Companhia Docas Porto de São Sebastião** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Docas Porto de São Sebastião** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a **Companhia Docas Porto de São Sebastião** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo antes dos impostos de R\$ 20.469 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 4.059 mil. No final do exercício de 2016, a Companhia se tornou dependente do Governo do Estado de São Paulo. Consequentemente, a Companhia só consegue continuar operando devido aos aportes do Estado e esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opi- nião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Adiantamentos para futuro aumentos de capital (AFAC) superior ao limite máximo de autorização do Capital Social:** Chamamos a atenção para à nota explicativa nº 18 das demonstrações contábeis, que os adiantamentos para futuro aumento de

Salários e encargos no montante de R\$ 15.943.977,00. Para quitação do débito a companhia fez uso de recursos próprios na importância de R\$ 2.884.120,00. Ficando pendente para pagamento R\$ 109. A Companhia passou a integrar o Orçamento Fiscal do Estado a partir de 2016, na condição de empresa dependente, com a edição da Lei nº 16.334 de 09 de dezembro de 2016, que autorizou a abertura de crédito especial. Referido crédito foi concedido com a edição do Decreto nº 62.331 de 20 de dezembro de 2016, destinando os recursos para a cobertura de despesas com pessoal e encargos. Em 2017 foi utilizado o montante de R\$ 6.572.712,00. Para o exercício de 2017, a lei orçamentária do Estado (Lei nº 16.347 de 29 de dezembro de 2016) alocou recursos do Tesouro para as despesas com pessoal e encargos da Companhia, no montante de R\$ 6.700.000,00

**Parecer do Conselho Fiscal**
ras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e demais documentos referentes ao término do citado exercício, deliberaram que as referidas propostas reúnem condições de serem submetidas à aprovação dos Seshores Acionistas, por estarem

**Parecer do Conselho de Administração**
Fiscal, Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e demais documentos referentes ao término do citado exercício; entendendo que as peças representam, adequada-

<b>Conselho Fiscal</b>
<b>Maria de Fátima Alves Ferreira</b>
<b>Luiz Antonio Carvalho Pacheco</b>
<b>Carlos Roberto Ruas Junior</b>
<b>Reynaldo Aben-Athar de Souza</b>
<b>Luís Eduardo Bezerra de Araújo</b>

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**
capital (AFAC) estão superiores ao limite máximo de capital estabelecido em estatuto social. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrava no Patrimônio Líquido o montante de R\$ 278.838 mil a título de AFAC e o seu estatuto estabelece o limite máximo de integralização de R\$ 169.000 mil. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da **Companhia Docas Porto de São Sebastião** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Companhia Docas Porto de São Sebastião** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia Docas Porto de São Sebastião** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Companhia Docas Porto de São Sebastião** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos

(seis milhões e setecentos mil reais). Desse total, foram liquidados no ano R\$ 6.487.036,00, ficando os R\$ 212.964,00 inscritos em restos a pagar para 2018.

**23. Cobertura de Seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitá-los, buscando coberturas compatíveis com seu porte e operação no mercado. Para tanto a Companhia possui duas apólices de seguros, quais sejam:
• **Seguro contra incêndio, raio, explosão / implosão, danos elétricos, roubo / furto qualificado, vendaval, contratado com a seguradora SOMPO Seguros.**
• **Seguro de responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O), contratada com a seguradora Travelers.**

São Sebastião/SP, 06 de março de 2018
de acordo com os artigos 12, 14, 166, 170 e 171 da Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como com a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

São Paulo, 20 de março de 2018.
mente, a posição patrimonial e contábil da Companhia, opinam pela sua conformidade e deliberaram que sejam submetidos aos acionistas para aprovação na Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade.

<b>Conselho de Administração</b>
<b>Zulaiê Cobra Ribeiro</b>
<b>Roberto Yoshikazu Yamazaki</b>
<b>Luiz Felipe da Costa Santana</b>
<b>Marcelo Faria Rodrigues</b>

de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia Docas Porto de São Sebastião**.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia Docas Porto de São Sebastião**. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia Docas Porto de São Sebastião** a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os Administradores da Companhia a respeito da auditoria e das constatações efetuadas, dentre outros aspectos do alcance planejado, inclusive acerca de eventuais inadequações que possam existir nos controles internos.

São Paulo, 06 de março de 2018
**Maciel Auditores S/S**  
**2CRC RS 5.460/O-0 “T” SP**

**Roger Marciel de Oliveira**

**1CRC/RS 71.505/O-3 “T” SP**

**Sócio Responsável Técnico**